

Universidades Lusíada

Melo, Manuel da Costa e, 1913-2002

União Socialista : elementos para o seu conhecimento

<http://hdl.handle.net/11067/4880>

Metadata

Issue Date	1995
Keywords	Socialismo - Portugal
Type	article
Peer Reviewed	yes
Collections	[ULL-FD] Polis, n. 02 (1995)

This page was automatically generated in 2020-03-05T07:24:37Z with information provided by the Repository

UNIÃO SOCIALISTA

Elementos para o seu conhecimento

SUMÁRIO:

I. Momento. II. Objectivos. III. As ideias. IV. Os homens. V. A estratégia. VI. A acção passível. VII. A herança. VIII. Documentos.

I. Momento

O aparecimento, em pleno regime de Salazar, de um agrupamento de natureza política baseado nos princípios democráticos tradicionais mas com olhos postos nos objectivos sociais inerentes à qualidade democrática de qualquer governo que tivesse a Nação como beneficiária primordial, não podia deixar de, por pequeno que fosse, constituir matéria de interesse para o estudo dum período, que hoje é passado, na mesma medida em que, então e para muitos, era pesadelo e esperança.

A falta de liberdade para cada cidadão se mostrar titular de direitos e obrigações cívicas, ou seja, poder colaborar na vida da sociedade em que estava inserido, era a principal razão das lutas, surdas ou abertas, que deflagravam nos indivíduos e nos grupos que aspiravam, naturalmente, a desempenhar um qualquer papel de cidadania interessada, se não em mandar, pelo menos em escolher, livremente, quem pudesse fazê-lo através de mandato legítimo.

Esses grupos, que existiram, eram, quase sempre, acidentais ou de circunstância, e aspiravam, mesmo para além dessa escolha, à emissão livre

(*) Advogado. Ex-Governador Civil de Aveiro. Fundador da União Socialista e do Partido Socialista.

de opiniões de censura ou de aplauso sempre que cada um deles sentisse ser de seu dever discordar ou concordar com a forma como as tarefas eram levadas a cabo pelos detentores do mando.

Na sociedade só se sabia o que eles entendiam ser de saber e nunca aquilo que, por erro de previsão ou cálculo, pudesse vir a ser julgado prejudicial aos interesses do corpo colectivo ou mesmo e até dos cidadãos individualmente considerados.

A fala era cerceada e a escrita vigiada e mesmo impedida de chegar ao conhecimento dos seus destinatários naturais.

Ao lado de tudo isso, existia como fiel guardadora das chamadas «conveniências de Estado» uma polícia política com poderes tais que, por actos, ameaças ou ludfrios, conseguia manter em silêncio e na inacção cívica a grande maioria da nação em que o medo medrava, contribuindo para a guarda da vinha de uns tantos privilegiados senhores.

E lá fora, do outro lado do mundo, ia-se desenvolvendo, em banho de sangue, uma vitória das chamadas nações democráticas sobre as que tinham aceitado princípios totalitários denominados de fascistas.

Em Portugal e com Portugal-Nação, tudo ou quase tudo se passava numa duplicidade reprovável, como que à espera da vitória dum qualquer dos lados, mesmo que fosse daquele em que não morava o coração e a manha do ditador.

E foi isso o que aconteceu.

Após Stalinegrado e as praias da Normandia, os ventos iam soprando de quadrantes diferentes e a já aludida duplicidade permitia, ainda que com desconfianças e desagравos mútuos, fazer ver como próxima a queda quase total dos regimes praticamente totalitários e de certo modo arrastados por ela, os que deles eram satélites confessos, ou, pelo menos, actuando como tal através de mascaradas nos momentos mais significativos da tragédia.

O «ser ou não ser» do velho Hamlet, nunca era a questão para essas gentes anfíbias do mando!

A própria Guerra de Espanha ocorrida uns anos antes e que, muito justamente, tem sido considerada como balão de ensaio da mundial que se lhe seguiu em tentativa dos fascismos alemão, italiano e nipónico dominarem económica e politicamente os chamados países ocidentais democráticos, contribuiu para essa posição tomada pelos governos de Salazar.

A duplicidade manhosa, contudo, não levava OLIVEIRA SALAZAR a hipotecar as suas simpatias, quase se limitando, no fim da Guerra e em momento de fraqueza, a um comprometedor desabafo de «*não poder*

governar-se contra a vontade persistente de um povo» logo ou pouco depois esquecido.

Foi dessa forçada transigência sob as pressões internacionais, delicadas, até, em aparente gratidão pela cedência das bases dos Açores, que saíu um mínimo clima de liberdade, surgindo o M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática) tal como já, um pouco antes, surgira com carácter quase privado, digamos mesmo sem erro, clandestino, a UNIÃO SOCIALISTA, que vivemos por dentro e de que ousamos carrear, hoje, uns tantos elementos para o seu mais perfeito conhecimento e apreciação histórica.

Esses elementos não podem ter deixado de sofrer, até no campo das ideias e intenções, na sua apreciação, desgastes ou mesmo desactualizações.

Porém, importa trazê-los ao agora, tal como procuraram corresponder ao estado de espírito cívico de uns tantos que, sofrendo embora as influências, maiores ou menores, de linhas ideológicas e filosóficas anteriores, não deixaram de olhar, sempre, a organização que criaram, como capaz de ser um passo validamente estruturado para a transição do Estado e da sociedade fascistas que reinavam para a cidade democrática em que a liberdade não se limitasse a dar a cada um o direito de ser livre mas contribuisse, com bases suficientes e seguras, para que, sem perda dessa mesma liberdade, o homem fosse, se possível, igual ao Homem e pudesse viver em fraterna solidariedade com ausência total da exploração de um pelo outro.

II. Objectivos

Tudo quanto a UNIÃO SOCIALISTA pretendia obter com o seu posicionamento passava pelo caminho dos «Direitos do Homem e do Cidadão» da Revolução Francesa e pelos contornos sociais que lhe foram dados, depois, pelos denominados «socialismo Catedrático» e mesmo pelo «Marxismo», já então e de certo modo em aplicação, pelo menos heróica, na União Soviética. E se, aparentemente, ele se desenvolveu em falhas e vitórias sucessivas, isso se ficou devendo, em meu modesto ver, à menor importância dada à liberdade como força de progresso moral e material em busca de uma igualdade por esmagamento ou conquista de patamares mais baixos para neles a obter.

Mas o objectivo não foi esse e, por isso, importa abrir a arca para tentar mostrar o que a UNIÃO SOCIALISTA conseguiu ser, mesmo que só como pegada no caminho que veio a ser percorrido por muitos dos homens

que a ergueram como tentativa de dotar Portugal de um sistema de bases que viesse a servir a tal fase de mudança que se adivinhava mas tanto veio a tardar, ainda.

Há um ponto que talvez deva considerar-se prévio ao que vai seguir-se e que é o de saber se, com efeito, a UNIÃO SOCIALISTA foi ou não, um Partido Político ou mesmo se, dadas as circunstâncias, o pretendeu ser.

A dúvida é de levantar e tanto mais pertinentemente quanto é certo as condições reinantes não lhe reconhecerem qualquer estatuto de intervenção na vida política que, no verdadeiro sentido, nem sequer existia.

Ao encarar, hoje, o problema, não me furto à tentação de considerar a UNIÃO SOCIALISTA mais como grupo de intervenção, no âmbito da claudestinidadade. Essa intervenção envolvia, sobretudo, como ao diante se verá, trabalhos de preparação intelectual e cívica para, surgido o momento, evitarem as improvisações com suas habituais falhas de base e de perspectiva.

Não se tratava, pois, de um grupo de intervenção directa em tentativa de conquista de lugares de mando mas, tão somente, como acto preparatório dela, reconhecidas que fossem as condições para a acção.

III. As ideias

Do esboço esquemático do programa que ao diante e para seu perfeito conhecimento, na íntegra se transcreve (Documento n.º 1) ressalta, como inserção da U.S. no campo ideológico geral, uma especial atenção aos «Direitos e Deveres fundamentais do homem» mas distingue-se, o que é curioso, quase como inovação, os do homem, propriamente dito, e os do cidadão, distinção esta que, sem dúvida, peca por uma separação, hoje injustificada, entre o que o homem é, pelo simples facto de existir, e aquilo em que se torna ou pode representar como parte activa integrante do agredado social a que pertence.

Mas surgem, como distinção pouco vulgar em esquemas programáticos, os chamados «Direitos especiais» em que são contemplados os «favores» — chamemos-lhes assim — que certas situações justificam como as da grávida, da mãe, do lactante, da criança, do velho, do inválido e do doente.

Essas situações de natural carência, merecem, até, a recomendação para que sejam tratadas com especial atenção na legislação a elaborar, atingido que seja o momento que o possibilite.

É o vector social a marcar posição antes mesmo das normas a seguir no campo da actividade cívico-política do cidadão.

O aspecto teórico do equipamento técnico — e não se esqueça tratar-se de documento de 1944 — é contemplado, já, como meio de prosperidade colectiva, sendo de realçar este facto como sintoma da preocupação de salvaguardar o de todos face aos eventuais ataques ou acções egoístas de alguns.

Toda a estrutura do esquema nos transmite a preocupação «socialista» ou seja aquela em que o agregado social tende a constituir o objectivo principal embora com respeito total ou quase do sentido individual da opção de caminhos que a liberdade concede ao cidadão, designadamente através da escolha livre dos governantes ou administradores da coisa pública.

Mas de tudo e ainda sobressaia a atenção concedida aos esquemas da organização da produção, da circulação e da distribuição da riqueza, como que a abrir as portas às velhas directrizes do chamado «Socialismo Cate-drático», aquela espécie de cooperação julgada ideal sem prejuízo dos valores tradicionais da liberdade.

Talvez fosse encarado esse caminho como o mais conciliável, em plena coexistência cívica, com a trilogia saída da Revolução Francesa.

A igualdade surgia, na UNIÃO SOCIALISTA, como um resultado a obter através de patamares de partida, não forçados nem impostos, em que se procurava criar medidas concretas sobre: aglomerados humanos, regime de trabalho, preparação da personalidade, construção da ciência e da arte; e desenvolvimento físico com defesa da saúde.

A orgânica do Estado, as Autarquias locais e bem assim o condiciona-lismo jurídico das relações sociais, previam a reforma de diplomas funda-mentais, designadamente os Códigos Civil, Penal e outros.

O regime político e económico da Metrópole era apontado a par do das Províncias Ultramarinas, consideradas como territórios nacionais ainda que com as especialidades da política indígena, de que, naturalmente, era com-plemento o problema do povoamento dos territórios.

Esta posição progressiva, para o tempo, não era a aceitação de esque-mas de descolonização, adoptados depois, mas salvaguardava, já e com especial atenção, a identidade dos povos até então havidos como domina-dos pela força das descobertas e ocupações predominantemente religiosas e economicistas.

Os aspectos da Defesa Nacional, tanto mais candentes quanto era certo viver-se, ainda, um clima de influências «guerreiras», mereciam a atenção

de uma reforma prevista em paralelo ou em conjunto com os serviços de polícia e fiscalização aduaneira, importante face às então inexistentes ou pouco significativas ideias de comunidade europeia ou mesmo multinacional.

Quanto à política internacional, fixavam-se objectivos de colaboração com os restantes países do mundo e preconizava-se a adesão aos princípios das Nações Unidas, bases do Direito Internacional moderno, tanto quanto os da Sociedade das Nações o haviam sido do Direito Internacional anterior.

Aponte-se, como curiosidade histórica, o facto de ambos esses Direitos serem fruto de guerras mais ou menos generalizadas e, em qualquer deles, se pretender preservar a Paz dos povos.

Os tratados, alianças, convenções e acordos seriam, em consequência, revistos e, para tanto, pretendia dar-se à diplomacia uma organização em novos moldes.

Todo esse esquema de programa veio a tomar corpo em forma de BASES DA UNIÃO SOCIALISTA (Documento n.º 2) já que era preciso para além do esquema, entrar em pormenores suficientes destinados a mostrar o tipo de sociedade que se pretendia estabelecer no futuro.

Arvorava-se como aval o ser a UNIÃO SOCIALISTA constituída por indivíduos sem responsabilidades no passado político da nação e pretendem constituir a sua sociedade em moldes socialistas.

E marcava-se esta posição através de uma definição de crítica a uma ordem e de alicerce para uma ordem nova.

Dizia-se, nas BASES:

«O socialismo exprime o protesto contra toda a injustiça e opressão, contra a exploração do homem pelo homem, a condenação de um mundo em que a opulência e o luxo de uma minoria contrastam com a fome e a miséria da maioria, o desejo de nivelamento das condições na abundância e na liberdade, o apelo ao sentimento de direito e de equidade, o anseio de ser feliz pela felicidade de todos.»

Eram quase patéticos o protesto, a condenação, o desejo, o apelo e o anseio, mas traduziam com toda a sua «inocência» e determinação, um valor social e humano que só não frutificaria por mercê das circunstâncias adversas e favoráveis que, por demais antagónicas, lhe anulavam a valia.

A posição ideológica ressalta, nítida, dessas BASES formativas e informativas que, sem desrespeitarem os valores tradicionais da liberdade demo-

crática, marcavam, desde logo, posição clara nos sonhos, pondo a sociedade sem classes como objectivo primeiro, sem prejuízo da liberdade, com respeito pela dignidade pessoal, pelo desejo de cooperação, pela concessão do máximo de possibilidades materiais para todos e admitindo a comunidade mundial de todos os homens através da universalidade de interesses acima dos interesses regionais.

Defendia-se, programaticamente, a socialização da propriedade dos meios de produção e circulação e a definição que era dada à propriedade privada e aos seus limites era bem a do «Socialismo Catedrático» e, no campo propriamente humano da vida social, era preconizado o Estado laico, a Escola Única, mas sem nunca impedir ou dificultar a «liberdade de organização religiosa e de cultos, dentro do respeito pelas alheias convicções e exteriorizações do sentimento religioso».

Quanto acima fica exposto servirá, ainda que modestamente, para dar a conhecer o quanto vale a pena uma leitura atenta dessas bases da UNIÃO SOCIALISTA, documento que ao diante fica, na íntegra transcrito, já que o seu valor — a tê-lo, e tem-no certamente — é de conjunto como travejamento para uma sociedade sonhada e julgada possível por uns tantos cabouqueiros que, sem desprezar a importação de ideias e princípios, os tentaram semear no agro próprio.

Mas, antes de deixar o campo das ideias para consagrarmos um pouco da nossa atenção e da vossa paciência aos homens, importa realçar como válida, profundamente válida, a tentativa que a UNIÃO SOCIALISTA representou como conciliação entre a Liberdade, predominantemente individualista, com o Socialismo, por definição e objectivo, colectivista.

A pessoa humana ressalta, sempre, no ideário da U.S., como valor fundamental a preservar nas eventuais tentativas do seu esmagamento que o colectivo tende, sempre, a exercer.

E o curioso é que, a contrária também se verifica como preocupação ideológica deformante.

IV. Os homens

Será, talvez, a parte mais fácil, embora a mais dolorosa, deste despretensioso trabalho, a abordagem dos Homens da UNIÃO SOCIALISTA, tantos e tão bons foram, quer no aspecto intelectual, de grande valia, quer

e até principalmente no seu lado cívico, de maior valia, ainda, em meu julgar de companheiro-aprendiz.

E tenho pena, no caso quase igual a vazio, de não ver a elaborar este balanço do que a UNIÃO SOCIALISTA foi e representou, e como História ainda hoje representa, o JOSÉ MAGALHÃES GODINHO, pólo principal das actividades desse movimento de opinião que, em gérmen de Partido, agitou validamente o charco de Portugal, e importa dar a conhecer. Ele foi, para além do motor, o depositário precioso das esperanças, da documentação, dos depoimentos e outras pégadas que marcaram o que foi e o que poderia ter sido o sonho a que tanto se deu.

Mas nem a sua perda, apesar de grande, poderá ou deverá impedir um dos que ficaram, de vir fornecer elementos para que possa conhecer-se melhor o que foi.

JOSÉ JOAQUIM GAITA, contemporâneo da Faculdade de Direito, no Campo de Santana e pessoa muito ligada ou mesmo membro do Exército Português, foi o meu primeiro contacto quanto à ideia da formação da UNIÃO SOCIALISTA que se apresentava como fase natural do crescimento do «Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista» — N.D.A.S. — com o qual eu já tinha afinidades, mesmo ligações.

O PAULO QUINTELA, o TEIXEIRA RIBEIRO, o FERNANDES MARTINS, o FERNANDO VALE e o MANUEL MONTEIRO eram luzes do meu horizonte e, indubitavelmente, pontos de atracção na zona centro do país, onde eu vivia e trabalhava.

Ainda antes do «Movimento de Unidade Democrática» — MUD — aparecido na histórica sessão do Centro Almirante Reis, de Lisboa, em 8 de Outubro de 1945, já a UNIÃO SOCIALISTA de certo modo existia e se integrava, como sector socialista, naquele movimento de unidade onde, a par de cidadãos ligados às ideologias tradicionais da 1.^a República ou aos sectores marxistas e mesmo de raiz anarco-sindicalista, nos mostrávamos como defensores de princípios visando, predominantemente, o estabelecimento duma sociedade sem classes e sem perda dos valores da liberdade.

Ainda que com certo predomínio no centro do país, dada a influência quase emblemática de Professores de Coimbra como TEIXEIRA RIBEIRO e PAULO QUINTELA, não tardou se congregassem à volta e dentro da UNIÃO SOCIALISTA, elementos do Porto, como: ANTONIO MACEDO, ARTUR SANTOS SILVA, CARLOS e MÁRIO CAL BRANDÃO, EDUARDO RALHA, OLÍVIO FRANÇA; de Coimbra, como: FERNANDES MARTINS, NEVES RODRIGUES, FERNANDO VALE, MANUEL MONTEIRO, MARTINS DE CARVALHO; de

Lisboa, como: MAGALHÃES GODINHO, MÁRIO DE CASTRO, GUSTAVO SOROMENHO, DIAS AMADO e, pouco depois, o MAYER GARÇÃO, o ADÃO e SILVA, o SÁ CARDOSO, o AFONSO COSTA FILHO, o LOBO VILELA, o ALBERTO FERREIRA, o PIRES DE MATOS e a que, um pouco mais tarde, se juntaram os nomes prestigiosos de ANTÓNIO SÉRGIO e JAIME CORTEZÃO e ainda outros como ADOLFO CASAIS MONTEIRO, SARMENTO PIMENTEL, KEIL DO AMARAL, EDUARDO SCARLATTI, ÁLVARO MONTEIRO, ALMEIDA CARRAPATO, HOMEM DE FIGUEIREDO, CONSTANTINO FERNANDES e outros, muitos e tantos outros que pela sua alta qualidade cívica e intelectual quase davam a entender tratar-se de um grupo ou movimento elitista que, de certo modo, transfigurava o figurino socialista pretendido e desejado, em academia teórica de silogismos programáticos com aplicação duvidosa à realidade social envolvente.

Essa aparência, significativa embora, não correspondia inteiramente à realidade, pelo menos no sector que era o do meu mais próximo conhecimento.

Dadas as circunstâncias da época e o secretismo que se impunha manter em defesa das pessoas e das acções, a militância era organizada com base em contactos directos, triângulos ou pentágonos de que, ao tempo, só se conheciam, entre si, alguns vértices ou ângulos.

A título de exemplo, aponto que na minha aldeia havia um desses núcleos da UNIÃO SOCIALISTA de gente de pouca ou mesmo sem formação ou preocupações intelectuais mas votado a, dentro das linhas ideológicas de que tomou conhecimento sumário, realizar tarefas que não envolvessem violência pessoal, como comunicações ou interrupção delas, actos de sabotagem material e organização de manifestações de protesto.

Era o SERAFIM SARAIVA, o ALEIXO, o LUÍS JOÃO COELHO SARAIVA, o VIRGÍLIO CRUZ, o AGOSTINHO DUARTE, o JOAQUIM ESTIMA e outros, trabalhadores ou firmemente interessados na mudança da sociedade vigente e, sobretudo, na queda do regime político que o impedia.

E, como lá, outrotanto sucedia por esse país fora onde quer que houvesse ou tivesse ligações pessoais um daqueles homens a que podemos chamar «homens-base» e que, por já terem sido iniciados nas ideias e princípios do socialismo democrático, o juntavam à sua ânsia de vir a contribuir para a tal sociedade nova sem classes e sem opressão do homem pelo homem e em que a liberdade do cidadão fosse factor de progresso e consciencialização, nunca obstáculo à livre crítica ou manifestação contrária ou oposta a maneiras de ver catalogadas, antes contributo válido para a sua melhoria de fundamentos ou aplicação prática.

Não pretende este trabalho ser galeria de retratos ou ícones de adoração, mas importa não esquecer os nomes que apontados ficam, quer pelos trabalhos e obras que deixaram quer, talvez principalmente, pela forma elevada como trocaram ideias estabilizadas do socialismo ou pretenderam vivificá-las com linhas de mais perfeita aplicabilidade à sociedade portuguesa, quando o momento surgisse.

E, para esse momento, nunca se desperdiçaram ocasiões de cooperação com outros sectores, melhor ou pior organizados, com mais ou menos valia de intervenção.

E é desse aspecto que falaremos a seguir.

V — A estratégia

Toda a actividade política ou para-política tem necessidade de fixar estratégias dada a indispensabilidade destas para o inevitável choque com ideias diferentes ou mesmo antagónicas, impeditivas da chegada ao tipo de sociedade constante do conjunto ideológico que as fixa, em favorecimento da sua própria vitória, através de uma maior implantação no mundo da cidadania política em que se movimenta.

A própria criação de condições para o conhecimento das ideias e das directrizes é «*conditio sine qua non*» da sua implantação, sempre prévia em relação aos momentos de choque que, em democracia são os momentos eleitorais, forma de auscultação da vontade dos cidadãos, designadamente daqueles que, em enorme maioria, constituem a massa flutuante das votações.

Mas a estratégia, na UNIÃO SOCIALISTA, só mediatemente tinha a ver com momentos eleitorais já que esses eram inexistentes, no sentido democrático do termo, por faltar à Nação a liberdade suficiente e necessária para que a escolha, qualquer escolha, fosse expressão do querer eleitoral e da sua prévia preparação e consciencialização.

Havia, contudo, uma estratégia de defesa tendente a não prejudicar, no mínimo que fosse, a formação ideológica dos chamados «quadros» por forma a tê-los aptos a intervir no momento que se esperava surgir mais cedo e tanto tardou.

Impunha-se, por isso, uma secretude indispensável à clandestinidade forçada pelas circunstâncias que, apesar da confissão de que «não pode

governar-se contra a vontade persistente dum povo» se mantinham no sentido diametralmente oposto à livre manifestação dessa vontade.

Se bem que a UNIÃO SOCIALISTA fosse, essencialmente, um grupo para formação ideológica dos seus militantes, não deixava de encarar, nos escalões a isso propícios, um certo pendor para a colaboração com outros sectores que visassem o derrube do regime fascista de SALAZAR, mesmo por meios que nada teriam a ver com manifestações cívicas de voto. É que, entendia-se e era justo que se entendesse, que dificilmente se pode apelar sem ser pela força quem pela força se guindou ao mando, como mais tarde viria a afirmar HUMBERTO DELGADO em sua campanha eleitoral para a Presidência da República.

E é assim que nas «Directrizes aos filiados» (Documento n.º 3) a UNIÃO SOCIALISTA fixa como obrigações primordiais destes: «a elevação do nível cultural daqueles com quem se conversa, despertando-lhes o interesse pela literatura e pela arte» outrotanto sucedendo com a Justiça, o Direito, a Filosofia, as Ciências, a Assistência Social, as Reivindicações Operárias, os problemas internacionais e sua confrontação com as realidades nacionais.

E ia-se mais longe, aconselhando a reacção contra a corrupção, a violência, a opressão, a fraude, a iniquidade e os «esbanjamentos dos fascistas e dos governantes».

A estratégia, quanto ao recrutamento de adeptos, consistia em que este fosse obtido através de doutrinação adequada, por forma a torná-lo consciente, sincero e leal.

Os n.ºs 21 e 22 dessas «Directrizes aos Filiados» são particularmente significativos, aconselhando-se neles:

«Auscultar os sentimentos e aspirações da oficina, da fábrica, da Escola, da Repartição, dos aglomerados de trabalho, isto é, auscultar a vida nacional nas suas múltiplas actividades, procurando soluções para os problemas nacionais, integrados na cultura e perspectivas universais e nas experiências estrangeiras.»

«Formar grupos de estudo e fomentar a apresentação de trabalhos individuais. Os grupos de estudo podem não coincidir com os grupos dirigentes da organização, pois, há que contar com a especialização dos próprios problemas a estudar e as dificuldades da realização.»

E aconselhando-se, ainda, nessas sábias directrizes, aquilo que em não raros sectores seria considerado como «auto-heresia»:

«Os filiados da U.S. não devem ser dogmáticos: devem confiar na livre crítica e na discussão leal e desempoeirada dos problemas económicos, sociais e políticos, por ser através da discussão e da crítica que os estudos se aperfeiçoam e se chega a obter a comunidade do pensamento colectivo.»

Mas não se excluía, ou, pelo menos, não se dava a perceber, que fosse a UNIÃO SOCIALISTA alheia a qualquer intervenção revolucionária ou, pelo menos, ao apoio e aceitação dos seus resultados se o objectivo fosse a conquista de condições democráticas de cidadania e governo.

É nas «Prevenções finais» que se apela ao segredo como garante da surpresa, a arma mais poderosa das revoluções.

Mas a leitura directa e completa desse Documento de 20 de Novembro de 1945 é bem mais significativa e traduz, melhor, o que então se pretendeu significar com estratégias e segredos da organização.

Mas não ficará mal, a encerrar este capítulo do nosso trabalho, uma nota de humor, bem significativa e tradutora dos cuidados que importava ter, a bem de todos e para mal dos nossos insaciáveis adversários.

O PAULO QUINTELA, quando se dirigia aos amigos, camaradas da UNIÃO SOCIALISTA, chamando-os para uma qualquer reunião em Coimbra ou redondezas, denominava sempre de Urbana Seabra a Senhora que convidava para a «mundana» reunião. É que o nome, bem bairradino, era quase alibi infalível para as suspeitas.

VI. A acção possível

Poucas foram as acções de intervenção directa da UNIÃO SOCIALISTA, fora da doutrinação constante e criação de elos preparatórios da consolidação desejável da sua própria estrutura.

Artigos de doutrinação, comentários, intervenções radiofónicas era campo proibido ou por tal forma condicionado que não valia a pena nele tentar entrar.

Um ou outro momento de «liberdade suficiente» em comemorações ou semelhantes actos de conjunto cívico, eram aproveitados sempre sob o

perigo de detenções, perseguições quanto a funcionários públicos ou até ameaças físicas.

O curto momento de «tolerância» do M.U.D. foi, apesar disso, aproveitado, mais como criação de novo fôlego que, propriamente, como intervenção directa.

Pretendia-se, no seio da UNIÃO SOCIALISTA, criar actos preparatórios para intervenções futuras, quer através de estudos que viriam a constituir a base de legislação dum futuro e eventual governo, quer através da compra cautelosa de um qualquer meio de comunicação social que no momento desse facilidades e, depois, constituísse tribuna adequada à propaganda e doutrinação.

No primeiro campo importa referir duas acções em que directamente tomei parte e que mostravam bem o grau de responsabilidade que todos tínhamos na preparação de um futuro melhor e liberto de improvisações, tantas vezes nocivas à realização do sonho.

Tratava-se da futura Reforma Fiscal, campo por demais significativo, tanto mais que nele assentara arraiais e ventosas o Professor SALAZAR, Catedrático da respectiva Cadeira na Universidade de Coimbra.

E foi à porta de TEIXEIRA RIBEIRO que eu bati, em pleno Instituto Jurídico, a solicitar dele essa tarefa de que, por certo, saberia encontrar as linhas sábias da sua competência científica a que não deixaria de, por certo, juntar os temperos da sua própria simpatia ideológica.

A outra tarefa foi atribuída, em conjunto, ao Professor PAULO QUINTELA e ao Comandante EDUARDO SCARLATTI, conhecedores profundos da ciência teatral. Versava ela sobre a estruturação do Teatro em Portugal.

Eram, para além de outros trabalhos significativamente preparados, peças de categoria para o bragal da noiva que a UNIÃO SOCIALISTA pretendia ser quando lhe fosse dado casar com o povo português segundo o regime da comunhão democrática e socialista.

Uma outra das acções, que disso não passou embora sem deixar de ser significativa, foi a da tentativa de compra do jornal REPÚBLICA.

Havia crise, lá em cima, na Rua da Misericórdia, e constava ser intenção dos proprietários do tão querido jornal dos republicanos portugueses, vendê-lo. Sabia-se, ainda, que as condições seriam mais favoráveis se fossem republicanos os possíveis compradores.

O JOSÉ MAGALHÃES GODINHO, sempre atento, convocou-nos a todos e, a um domingo, para evitar a presença, no mesmo escritório, do Dr. TITO ARANTES, que estava longe de ser nosso simpatizante, mas contando com a

compreensão do Professor Doutor JOSÉ MARIA VILHENA BARBOSA DE MAGALHÃES, tio do ZÉ GODINHO, esse sim de alma e coração connosco, lá fomos e nos juntámos na Rua do Carmo, sempre com atenção à vigilância policial por demais esperada.

Foram horas de argumentação quanto a conveniências e inconveniências, quer de carácter político, quer de cariz económico, já que não era de desprezar a mais que possível hipótese de ser proibida a publicação do jornal, sabido que fosse o novo cariz e até a virulência do sangue doutrinário novo que viesse a ser injectado. Mas tudo ou quase tudo esbarrava na impossibilidade económica de pagar o preço justo de que os proprietários necessariamente não poderiam prescindir.

E viemos todos, de mãos vazias, mas sem as sentir arrefecidas na nossa sanha de tentar abater o fascismo reinante.

De harmonia com as Bases e o Programa da UNIÃO SOCIALISTA, era preciso estar-se preparado para as aleatórias eleições que deveriam seguir-se à convicção do ditador de que não poderia governar-se contra a vontade persistente de um povo.

A alínea *b*) do ponto IX das Bases da ACÇÃO SOCIALISTA preconizava a representação proporcional como linha em que deveria assentar a «próxima futura constituição a adoptar em Portugal» e impunha-se dar a conhecer aos cidadãos, pelo menos aos filiados na organização, o que era essa novidade da representação proporcional, já que os anteriores conhecimentos práticos da 1.^a República, não passavam por lá, limitando-se aos critérios de maiorias e minorias, ou em exclusividade ou simultaneidade.

E foi elaborado um esquema explicativo do que era tal sistema, na versão de HARE, que transcrevemos como documento n.º 4, para total conhecimento do seu conteúdo.

O problema agrário, sempre candente em países como Portugal, em que o minifúndio ou agricultura de mera subsistência se mistura com o latifúndio de mera exploração de não cultivadores, mereceu estudos e, quanto a um dos seus aspectos, um curioso documento de cuja lavra não colhi memória.

É o referente às «granjas colectivas» de tanto maior significado quanto era certo ver-se nessa solução do problema agrário português uma das suas possíveis soluções.

Chama-se sobretudo a atenção para o cuidado com que se olhou para as tradicionais tendências individualistas do agrário português e a forma encontrada para as conciliar com a utilização de modernos sistemas de cul-

tura, colheita e comercialização dos produtos, sem se esquecer o «pequeno aforro» a que os portugueses do campo estão tradicionalmente propensos.

A ideia das granjas colectivas e, nelas, aqueles pequenos pormenores do respeito pelas aves de capoeira, vacas leiteiras em tarefa quase individualizada para a família, mereceram então uma carinhosa atenção dos estudiosos do problema e não deixarão hoje, por certo, de merecer um mínimo de atenção em respeito às virtudes ou defeitos da gente portuguesa.

O cooperativismo tem lá bem marcado o seu lugar e pena foi e ainda é que tal caminho não tenha merecido, certamente devido à atávica desconfiança dos habitualmente espoliados, um pouco mais de atenção.

Foi um trabalho fortemente positivo, esse, talvez o mais minucioso de quantos os quadros da UNIÃO SOCIALISTA produziram, na perspectiva de os virem a aplicar naquele governo, futuro e incerto, para que se preparavam com tanta dedicação, perigos e sacrifícios.

Dentro da acção possível, não poderá deixar de incluir-se a atenção sempre posta quanto ao desenrolar dos acontecimentos políticos apesar da máscara que eles afivelavam para se darem ares de legitimidade que não tinham.

Assim sucedeu quanto às eleições realizadas a 18 de Novembro de 1945 para a pretensa nova Assembleia Nacional.

Esse notável documento de intervenção política e denúncia de uma triste situação totalitária, não é anónimo pois a UNIÃO SOCIALISTA o subscreve.

E é duro, como denúncia, tendo a característica curiosa de se mostrar, em plena solidariedade com o M.U.D. e as posições deste grupo de intervenção que quase conseguiu com o seu desassombro inicial, fazer vacilar o governo fascista.

Um aspecto bem curioso desse Documento que, ao final, se transcreve, na íntegra, é o contundente comentário que tece à legislação eleitoral que presidiu a tal simulacro de consulta eleitoral, a propósito de em Portugal e sob essa legislação, não poderem ser eleitos um «ATLEE ou um BIDAULT, um BEVIN ou um VINCENT AURIOL, um STAFFORD CRIPPS ou um SPAAK, e até mesmo o General DE GAULLE, todos eles vultos de prestígio internacional e membros das políticas governamentais da Inglaterra, da França e da Bélgica.

E é emocionante o apelo final do manifesto:

«Cidadãos portugueses anti-fascistas! Temos que decidir entre a abjecção e a dignidade, entre as algemas da tirania e a vida livre da demo-

cracia, entre a condição de escravos e a condição de homens. Tenhamos confiança no nosso esforço, tudo esperemos da nossa acção, e só dela. Que os nossos sacrifícios não conheçam limites. Saibamos persistir. consagramo-nos, por completo, à sagrada unidade de todos os anti-fascistas. Havemos de vencer.»

Toda essa acção desenvolvida pode ser encarada, hoje, quase meio século depois, como vertebrada por infantilidades de fé, agora ausentes no Direito Internacional dos Cidadãos do Mundo geralmente tido como civilizado, mas importa dá-la a conhecer para esclarecimento e avaliação desses tempos em comparação com os do tempo democrático que aqui e, geralmente, lá fora, parece conquistar estatuto de cidadania apesar dos atropelos a que está sujeito.

VII. A herança

Não bastará dar a conhecer, tanto quanto possível através dos documentos e acções que gerou, a UNIÃO SOCIALISTA.

É preciso, por justiça de apreciação factual, tentar mostrar, ainda que sumariamente e sem preocupação de profundas indagações, o legado desse agrupamento heróico de cidadãos e em que medida ele influenciou forças políticas do actual contexto e pôde de certo modo, resistir às mutações de circunstância que os tempos justificaram ou a inteligência dos homens entendeu adoptar para actualização, aos tempos de hoje, das regras e conceitos de ontem.

Os Homens da UNIÃO SOCIALISTA tinham perfeita consciência da sua integração no campo socialista mas, talvez por fortemente influenciados pelos clássicos princípios da Revolução Francesa, não sentiam necessidade de descurar a valia humana da Liberdade em sacrifício duma Igualdade que não poderia ser atingida pela Fraternidade, sempre de desejar na sociedade.

Essa conciliação, melhor dizendo, essa coabitação, poderia fazer retardar a tal sociedade sem classes e sem exploração do homem pelo homem. Mas garantia que, embora com chegada mais tarde, essa sociedade poderia vir a representar uma mudança mais consciente e sem atropelos para além

daqueles tornados indispensáveis pela luta sem quartel que as forças, em perda de posições, não deixariam de travar.

Mas é entre o fim da Guerra Mundial com o aparecimento do M.U.D. e já com as bases da U.S. e os tempos democráticos de agora, trazidos pela Revolução de Abril, que as condições se modificaram e, de tal maneira, que muitos dos princípios constantes das Bases da UNIÃO SOCIALISTA foram de certo modo ultrapassados ou, pelo menos, julgados desnecessários como reivindicação para o estabelecimento duma sociedade que, por democrática ou a caminho dela, deixavam de justificar-se.

Sem pretender identificar qualquer agrupamento político partidário actual como herdeiro da UNIÃO SOCIALISTA, importa reconhecer o carácter franco e aberto de colaboração que esta sempre teve em relação a todos os que visassem a substituição integral da estrutura fascista e clericalista do Estado e da Sociedade por um regime democrático.

Mas impunha, como condição expressa na base XV, a última, que:

«Depois da instauração da democracia política, apoiará todas as organizações democráticas progressivas, na medida em que tal apoio não obstar ao advento do socialismo e contribuir para deter possíveis reacções fascistas; procurará em especial, colaborar intimamente com todas as organizações partidárias da socialização, e exprime o seu anseio de que a Democracia socialista seja constituída pelo esforço unânime de todos os socialistas de todas as tendências.»

E se transcrevemos esta base, de certo modo para finalizar este trabalho de chamada de atenção para o que foi a UNIÃO SOCIALISTA, é tão só para realçar o aspecto pluralista de toda a sua vertebração ideológica, mesmo que ela se situe, exclusivamente, no campo socialista. As diversas cambiantes desse mesmo sector, não deixavam, nem deixam, ainda hoje, de justificar a coexistência como paralela da parábola dos vimes.

VIII. Documentos

DOCUMENTO N.º 1

Esboço esquemático do programa

1.º — *Direitos e deveres fundamentais do homem*

- a) Direitos e deveres gerais do homem
- b) Direitos e deveres gerais do cidadão
- c) Direitos especiais:
 - 1 — A grávida e a mãe
 - 2 — O lactante e a criança
 - 3 — O velho
 - 4 — O inválido
 - 5 — O doente

As questões do número anterior serão tratadas de forma genérica procurando-se afirmar princípios que hão-de informar convenientemente toda a legislação.

2.º — *O equipamento técnico como meio de prosperidade colectiva*

- a) Racionalização da agricultura, silvicultura e pecuária de acordo com as condições geográficas, as possibilidades técnicas e as necessidades nacionais;
- b) Minérios e sua exploração;
- c) Industrialização do país;
- d) Combustíveis sólidos e líquidos;
- e) Energia hidro e termo-eléctrica;
- f) Melhoramento dos rios nacionais nos seus variados aspectos;
- g) Mar e fomento marítimo;
- h) Transportes terrestres, marítimos e aéreos.

3.º — *A organização da produção, circulação e distribuição e o seu regime jurídico*

- a) A socialização dos grandes meios de produção e circulação;
- b) Política económica relativa ao sector não socializado;
- c) Cooperativismo;

4.º — *Aglomerados humanos*

- a) Tipo mais conveniente para os grandes, médios e pequenos centros;
- b) Urbanização;
- c) Habitação;
- d) Serviços que interessam à vida dos aglomerados (água, energia eléctrica, aquecimento, condicionamento, transportes, comunicações, etc.).
- e) Meios de distração e educação geral sob o aspecto urbanístico tais como escolas, casas de espectáculo e recreio, ginásios, piscinas, campos desportivos, bibliotecas e outros estabelecimentos de cultura, etc.

5.º — *Regime de trabalho*

- a) Selecção e aproveitamento das aptidões naturais dos trabalhadores;
- b) Horários, descanso semanal e férias dos trabalhadores;
- c) Regulamentação do trabalho dos adultos;
- d) Remuneração do trabalho;
- e) Formação de técnicos nos variados ramos da produção (ensino técnico);
- f) Métodos científicos para o aperfeiçoamento do trabalho de forma a obter melhoria na produção, aumento de rendimento e substituição do homem pela máquina.

6.º — *A preparação da personalidade*

- a) Princípios gerais e esquema global da educação e cultura;
- b) O jardim da infância;
- c) A escola primária;
- d) A escola média;
- e) O ensino superior e a organização da investigação científica e técnica.

7.º — *A construção da ciência e arte e a organização do ócio*

- a) Bibliotecas, museus, laboratórios e «ateliers»;
- b) Institutos de investigação e criação em relação com o ensino superior;
- c) Intercâmbio cultural com as outras nações;
- d) Universidades populares;
- e) Cursos móveis, palestras, conferências, concertos, exposições;
- f) O cinema e o teatro;
- g) O desporto;
- h) Editoriais;
- i) As festas.

8.º — *O desenvolvimento físico e a defesa da saúde*

- a) A alimentação;
- b) Higiene;
- c) Educação física;
- d) Organização do Serviço Nacional de Saúde.

9.º — *Orgânica do Estado e Autarquias Locais*

- a) Direito Constitucional;
- b) Regulamentação dos poderes do Estado;
- c) Organização dos Serviços Centrais (Poder Executivo e Legislativo);
- d) Sistema Tributário;
- e) Código Administrativo;
- f) Poder Judicial.

10.º — *Condicionismo jurídico das relações sociais*

- a) Reforma dos Códigos Civil e Penal;
- b) Reforma dos Códigos do Processo Civil e Penal.

11.º — *Regime político e económico da Metrópole e Províncias Ultramarinas*

- a) Unidade política e económica de todos os territórios nacionais;
- b) Política indígena;
- c) Povoamento dos territórios ultramarinos.

12.º — *Defesa Nacional*

- a) Reforma das instituições militares;
- b) Serviços de polícia e fiscalização aduaneira.

13.º — *Política Internacional*

- a) Bases gerais para a colaboração com os restantes países do mundo;
- b) Adesão aos princípios das Nações Unidas;
- c) Revisão dos tratados, alianças, convenções ou acordos celebrados com os vários países;
- d) Organização da diplomacia em novos moldes.

DOCUMENTO N.º 2

Bases da UNIÃO SOCIALISTA

Organização partidária socialista portuguesa

A guerra de 1939-45 terminou com o completo esmagamento dos grandes estados fascistas e com a vitória dos princípios democráticos, não já entendidos como liberalismo, mas sim alicerçados na democracia económica. Passa pelo mundo o sopro do anseio de uma sociedade mais equitativa, e a própria marcha dos acontecimentos conduz à remodelação da orgânica social-económica.

Chegou o momento de todos os cidadãos portugueses exigirem o pleno exercício dos direitos da cidadania. O tempo do fascismo passou. Não queremos regressar pura e simplesmente aos regimes liberais, cujos erros são patentes, embora reconheçamos o valor da obra realizada pela República de Portugal de 1910 a 1926. Aproveitámos a lição destes vinte anos de história universal e nacional; e desejamos a estabilidade governativa, a estrita disciplina das actividades partidárias, o reajustamento dos órgãos de soberania às exigências da vida de hoje. Entendemos, sobretudo, que a democracia não pode ser mera forma jurídico-política, carece de receber intenso conteúdo humano, social, económico e pedagógico-cultural.

Porque queremos intervir na vida pública e julgamos, com a reclamação deste nosso direito, cumprir um dever de todos os homens e prestar um serviço útil, se bem que modesto, aos nossos compatriotas, constituímos a UNIÃO SOCIALISTA com indivíduos que não têm responsabilidades no passado político da nação e se voltam decididamente para o porvir. Aproximamo-nos pela comunidade de ideologia e de aspirações, porque entendemos que as correntes de opinião devem estruturar-se e preparar-se para exercerem a sua missão. Não nos interessa o agrupamento à volta de homens, mas sim de doutrinas; anima-nos o espírito de colaboração, de persistente unidade no trabalho de

grupo. Pensamos que a política não é improvisação, antes audaz execução de estudos sólidos e vertebrados, guiada pela lucidez de objectivos.

Talvez nos considerem ousados. No entanto, não pretendemos ser mais que os portadores da mensagem da conflagração que há pouco terminou e que operou, embora nem todos disso se tenham apercebido, profunda e ampla revolução nas maneiras de pensar e nos modos de existência.

O socialismo exprime o protesto contra toda a injustiça e opressão, contra a exploração do homem pelo homem, a condenação de um mundo em que a opulência e o luxo de uma minoria contrastam com a fome e a miséria da maioria, o desejo de nivelamento das condições na abundância e na liberdade, o apêlo ao sentimento do direito e de equidade, o anseio de ser feliz pela felicidade de todos. O socialismo estabelece que só se é na verdade cidadão quando se possui os meios de subsistência suficientes, e goza de completa independência económica e se teve ensejo de educar integralmente a personalidade. O socialismo exprime, por outro lado, a linha de pressão das forças sociais, que desagrega o sistema capitalista e a civilização burguesa, substituindo-lhes a propriedade social em proveito comum e a civilização humanista; exprime, portanto, a lei de evolução histórica.

§ A — Natureza e missão

I — A UNIÃO SOCIALISTA é uma organização vivamente empenhada na missão de aglutinar todos os elementos fortemente progressivos que consideram os ideais democráticos insusceptíveis de realidade plena sem uma ampla refundição da estrutura económico-social, da mentalidade e das condições gerais de vida da população; e, em segundo lugar, de criar entre esses elementos uma unidade dinâmica e profunda, capaz de vir a dar solidez e sentido humano à Democracia em Portugal.

II — A U.S. é um partido político que se propõe agir, em primeiro lugar, no sentido de substituir integralmente a ordenação fascista e clericalista do Estado e da sociedade pela ordenação democrática; depois de conseguido esse objectivo, colaborará numa política democrática e progressiva, se tal for o caso, e finalmente agirá no sentido da construção da Democracia socialista. Propõe-se também estudar os problemas da preparação e realização dos três objectivos referidos, bem como difundir os ideais da Democracia socialista e esclarecer a opinião pública quanto aos estudos efectuados.

§ B — Princípios doutrinários

III — O ideário da Democracia socialista consubstancia-se nos seguintes fins supremos:

- a) Sociedade sem classes: igualdade de todos os homens e justiça social.

A igualdade é a possibilidade, para todos os homens, diferentes e distintos por aptidões naturais, de serem e de se desenvolverem plenamente cada um tal como é; é a negação de qualquer diferença entre os direitos dos homens à felicidade de cada qual; a igualdade universaliza a todos o direito reconhecido a qualquer. Como o direito de uns é necessariamente o direito de todos, a iguali-

zação das oportunidades sociais é imperativo de justiça e não dádiva de caridade.

b) Liberdade para todos os homens.

Assim, a liberdade de cada só é limitada pelo direito dos outros a serem igualmente livres. A liberdade é o direito de cada qual, a proceder unicamente segundo a sua consciência, desde que não afecte idêntico direito dos restantes homens; é a existência de condições sociais que garantem aos indivíduos a possibilidade de felicidade.

c) Respeito pela dignidade pessoal de todos.

Considera-se cada qual um fim em si próprio e não um meio, um instrumento que os outros podem manejar sem peias ao serviço dos seus respectivos fins; entende-se, porém, que a personalidade só se realiza no sistema das relações sociais, que o individual supõe o colectivo.

d) Substituição o mais completa possível, e se possível integral, da cooperação de iguais à coacção de superiores sobre inferiores.

O ideal para que se tende é que cada qual seja o seu próprio dirigente, o seu próprio governante, e que as acções colectivas sejam estabelecidas pelo acordo que resulta da franca discussão e da livre aceitação da unidade nacional.

e) Máximo de possibilidades materiais para todos.

f) Máximo de possibilidades culturais para todos.

g) Comunidade mundial de todos os homens, cuja universalidade de interesses se sobre põe aos interesses regionais.

IV — Para a realização destas aspirações supremas, os seguintes grandes meios é que, parece-nos, traçam o caminho mais adequado:

a) Socialização da propriedade dos meios de produção e circulação, com final supressão do salariato e patronato, e do lucro, renda e juro.

À propriedade privada — isto é ao direito de uma pessoa jurídica (indivíduo ou grupo) dispor absolutamente de certos bens, substitui-se a propriedade social ou pública — o direito da universalidade dos cidadãos de dispor plenamente dos bens. Os meios de produção e circulação são os bens que, não servindo directamente para satisfazerem as necessidades humanas, servem para produzir, fazer circular e distribuir os bens de consumo, isto é, os que satisfazem directamente as necessidades humanas.

b) Economia planeada, isto é, ordenação racional da economia.

c) Distribuição dos bens de consumo proporcionalmente ao trabalho da primeira fase de uma economia plenamente socializada; consoante as necessidades inte-grais de todos quando a abundância o permitir, numa segunda fase.

d) Aproveitamento social de todos os progressos técnicos, organização da investi-gação técnica e sua ligação à investigação científica.

e) Construção política na base de que o princípio de toda a soberania reside, essen-cialmente, na universalidade dos cidadãos.

f) Estabelecimento, por mútuo acordo, de uma hierarquia de funções que é fun-dada unicamente na utilidade comum. A autoridade só existe por delegação

expressa da universalidade dos cidadãos, e não pode exercer-se quando dela não dimane explicitamente. O fundo coactivo da autoridade deve ceder progressivamente a uma base de livre divisão de funções.

- g) Participação de todos os cidadãos de ambos os sexos na vida política; com representação nacional das correntes de opinião. A lei é a expressão da vontade geral, e todos os cidadãos têm o direito e o dever de concorrer pessoalmente ou pelos seus representantes à formação da ordem jurídica.
- h) Carácter laico do Estado e de todas as funções públicas.
- i) Liberdade de organização religiosa e de cultos, dentro do respeito pelas alheias convicções e exteriorizações do sentimento religioso.
- j) Escola única (ou igual e organizada).
- k) Escola activa ou de educação funcional e de aprendizagem simultaneamente individualizada e socializada, e escola humana — de vida e não de simples preparação para a vida.
- l) Organização pública dos Serviços de Saúde, Educação e Justiça e integral gratuitidade da sua utilização.
- m) Elevação e dignificação social da mulher, até à completa igualdade com o homem.
- n) Reconhecimento da plena dignidade humana dos indígenas das províncias ultramarinas, com a sua valorização económica nos quadros da cooperação e não da exploração, com a sua educação geral e técnica até o nível do branco e com a sua progressiva educação cívica e comparticipação democrática na política.
- o) Organização económica, política e cultural de todos os homens no plano mundial.

V — Como é evidente a passagem dos fins supremos a realidades pela concretização dos grandes meios enumerados não pode fazer-se dum só impulso, desdobra-se necessariamente em fases. O ritmo da realização deve ser, porém, o mais rápido que as circunstâncias permitirem, pois deve animar-nos o propósito de irmos sempre mais além.

VI — Move-nos a firme vontade de realizar a Democracia pelo socialismo, pois só por esta forma nos parece que ficam definitivamente afastadas as possibilidades de qualquer reacção fascista e efectivamente garantidos os direitos essenciais do homem. Expressamos o anseio de que tal transformação se faça por consentimento e conservando a responsabilidade do poder; mas não podemos dar o direito a uma oligarquia de tentar subverter as instituições democráticas para manter a todo o custo os seus privilégios; e combateremos até ao último extremo todo e qualquer falseamento dos métodos democráticos que tenha por objectivo impedir a consecução dos fins acima indicados.

VII — A emancipação do trabalho e a construção da sociedade socialista devem ser feitas pelas próprias classes trabalhadoras — operários, camponeses, empregados e intelectuais — mas com o apoio dos pequenos proprietários e dos elementos esclarecidos de todas as classes.

§ C — Directrizes de realizações próximas

VIII — A instauração da democracia política em Portugal deve realizar-se por meio de uma Assembleia Constituinte, eleita por sufrágio universal e directo e por escrutínio secreto, em sistema de representação proporcional. Ao período de propaganda eleitoral e de eleições deverá presidir um Governo com representação de todos os partidos democráticos. Durante esse período devem existir: garantias individuais, liberdade de palavra, liberdade de imprensa, liberdade de reunião, liberdade de formação e de exercício de agrupamentos políticos. O período eleitoral só deverá começar depois da supressão integral da Polícia Política e da milícia fascista, depois da extinção do Campo de Concentração, depois da libertação de todos os presos políticos e sociais e regresso dos exilados políticos, e depois da eliminação dos caracteres fascistas do ensino.

IX — A próxima futura constituição a adoptar em Portugal deve assentar nas seguintes grandes linhas:

- a) Sufrágio universal e directo e escrutínio secreto; elegibilidade de todos os cidadãos;
- b) Representação proporcional;
- c) Círculo único;
- d) Câmara única, com comissões técnicas anexas de carácter consultivo;
- e) Mandato imperativo;
- f) Eleição do presidente do Ministério pela Câmara; responsabilidade do poder executivo perante a Câmara, mas com garantia da sua estabilidade e desembaraço;
- g) Democratização das administrações locais, municipais e distritais.

X — A U.S. deseja, após a entrada em vigor da nova Constituição, um governo resultante de uma assembleia eleita, forte e vigoroso, decididamente intervencionista e provido dos meios necessários para, com elevado sentido de Ordem e de Justiça, limitar as desigualdades e corrigir as mais flagrantes iniquidades.

XI — O Estado tem o dever essencial de procurar colocar-se o mais rapidamente possível, em condições técnicas e financeiras de poder dispensar uma protecção eficaz ao indivíduo, desde a concepção à morte, garantindo-lhe pelo menos:

- a) Habitação higiénica, alimentação com valor nutritivo indispensável, vestuário decente;
- b) Emprego; compensação para os riscos profissionais, pensão de invalidez, reforma; condições higiénicas no trabalho; férias anuais pagas;
- c) Assistência médica e farmacêutica;
- d) Educação laica e segundo a pedagogia moderna, completa até onde o permitirem as capacidades do educando, dirigindo o indivíduo pela orientação profissional, obrigatória e igual até aos 15 anos;
- e) Utilização eficiente dos tribunais.

Para tal, devem organizar-se um Serviço Nacional de Saúde, um sistema de seguros sociais, etc. e tornarem progressivamente gratuitas a Educação, a Justiça e o Serviço de Saúde, em condições dependentes do ritmo e do sentido da transformação económica em desenvolvimento.

XII — A política económica basear-se-á nos seguintes tópicos:

- a) O Estado deve projectar e promover, com a maior urgência e segundo minuciosos planos coordenadores, a socialização da banca, crédito e seguros, dos latifúndios, das minas, das grandes empresas industriais e de transportes e da exploração da energia hidro-eléctrica, assim como a criação de novos e poderosos meios da produção e circulação.
- b) O Estado reservar-se-á ainda, e até que seja possível a ulterior organização da economia nacional em moldes francamente socialistas, a função suprema de orientar e fiscalizar a acção de todos os sectores económicos deixados em regime de propriedade privada e iniciativa particular.
- c) Sobre os sectores não socializados recairá um imposto acentuadamente progressivo.
- d) Deve realizar-se o máximo esforço de cooperativização dos meios de produção e circulação que não forem desde logo socializados.
- e) Deve realizar-se, o mais breve possível, uma revisão geral dos contratos agrários, de modo a assegurar uma mais justa distribuição dos frutos da terra, entre o proprietário e quem a cultiva, no sentido de melhor valorização do trabalho.

XIII — Só depois de restabelecidas as liberdades públicas e de asseguradas a completa possibilidade de informação e a franca discussão das questões nacionais será possível pormenorizar programas de governação para além do restabelecimento da estrutura democrática do Estado. Sabendo-se já, no entanto, que a evolução política e social das nações europeias caminha para o socialismo, convém começar a assentar nos lineamentos do conjunto de medidas de toda a natureza a adoptar para elevar Portugal ao nível da civilização dos países mais adiantados, nos quadros de uma ordem democrática, francamente inovadora. Por isso as nossas comissões de estudo vão iniciar imediatamente os trabalhos para a elaboração cuidadosa de um programa socialista de realização possível nos próximos anos vindouros. Os planos a propor basear-se-ão simultaneamente no estudo atento e minucioso da realidade portuguesa e na forte e lúcida consciência dos princípios doutrinários.

Para a elaboração do programa todos podem e devem concorrer, ficando o projecto sujeito a discussão e aprovação por congresso do partido.

§ D — Relações da U.S. com outras organizações

XIV — A U.S. colaborará com todas as organizações democráticas na obra de substituição integral da estrutura fascista e clericalista do Estado e da sociedade por um regime democrático.

XV — A U.S. depois da instauração da democracia política, apoiará todas as organizações democráticas progressivas, na medida em que tal apoio não obstar ao advento do socialismo e contribuir para deter possíveis reacções fascistas; procurará em especial, colaborar intimamente com todas as organizações partidárias da socialização, exprime o seu anseio de que a Democracia socialista seja constituída pelo esforço unânime de todos os socialistas de todas as tendências.

UNIÃO SOCIALISTA

DOCUMENTO N.º 3

UNIÃO SOCIALISTA

Organização partidária socialista portuguesa

Directrizes aos filiados

N.º 2

A) — Disposições Preliminares

I — São obrigações primordiais dos filiados da U.S.:

1: Ler e meditar atentamente nas bases fundamentais da Organização de forma a poderem aceitar consciente e lealmente os princípios doutrinários e disciplinares que a regem.

2: Esforçarem-se por serem elementos úteis e eficientes. Para que uma organização exista e se valorize necessita de dedicada colaboração de todos. A colaboração de uns, não dispensa a colaboração dos outros. É preciso trabalhar com perseverança na construção da democracia socialista sem se olhar ao trabalho dos companheiros; mas procurando ordenar o de cada um com o dos demais.

3: Habituem-se a ter iniciativa e a serem pontuais; a sugerir problemas e planos úteis aos coordenadores e dirigentes; e a trabalhar bem depressa. Não se deve esquecer que é preciso sacrificar-se muita comodidade, sossego e tranquilidade para se conseguir o restabelecimento das liberdades democráticas em Portugal. A Liberdade conquista-se, não se mendiga.

4: Esforçarem-se por fomentar a elevação do nível cultural daqueles com quem conversam, despertando-lhes o interesse pela Literatura e pela Arte; pela Filosofia e pelas Ciências; pela História e pela Economia; pela Justiça e pelo Direito; pelos problemas da Assistência Social, do trabalho das reivindicações operárias e por todos os de carácter económico, social e político. É necessário aproveitar todas as oportunidades para elucidar e esclarecer a população acerca dos problemas internacionais, confrontando-os com as realidades nacionais.

5: Instigarem a reacção contra a corrupção, a violência, a opressão, o arbítrio, a fraude, a iniquidade e os esbanjamentos dos fascistas e dos governantes, e contra a miséria do povo, guiando essa reacção para a tornar consciente, colectiva, disciplinada e firme. A política de fachada de anunciar obras públicas e medidas económicas sociais, da última hora, que jamais se realizam, e de promover manifestações pomposas, fomentadas pelo governo, é um narcótico tendente a desviar a atenção do povo da falência social, económica e política do regime; deve ser desmascarada e combatida.

B) — Disciplina partidária

II — Em matéria disciplinar, cumpre aos filiados da U.S. especialmente o seguinte:

6: Não aderir a outros organismos políticos, devendo exercer toda a sua acção em prol da U.S. e das organizações em que ela colabore.

7: Abster-se de dar entrevistas aos jornais, publicar artigos ou sequer outros escritos de doutrinação, propaganda e crítica política, económica e social que não estejam de harmonia com as bases e a orientação doutrinária da U.S.. Em tais circunstâncias, é conveniente consultar a Comissão de Doutrinação e Propaganda.

8: Não aceitar cargos, nem tomar atitudes de carácter político, sem assentimento dos órgãos dirigentes do partido.

9: Desempenhar as tarefas e missões que lhe forem atribuídas, facto que sucederá, geralmente, por acordo.

10: Estar pronto para actuar em qualquer momento e em todas as circunstâncias, dentro de quaisquer movimentos de carácter democrático, colaborados pela U.S. que visem ao estabelecimento das liberdades democráticas em Portugal.

C) — Recrutamento de adeptos

III — O recrutamento de adeptos faz-se em todos os campos das actividades nacionais, em face das bases fundamentais do partido. Deve começar-se por recrutar e agrupar as pessoas de confiança e ir alargando sucessivamente a acção a outras pessoas, procurando doutriná-las no sentido de conseguir a sua filiação consciente, sincera e leal. É preciso tornar socialistas os indivíduos progressivos, fazer democratas de todos os indecisos, e progressivos todos os que ainda estão apegados à estabilidade de velhos sistemas governativos.

D) — Organização territorial

IV — Os filiados da U.S. devem agrupar-se à volta de Comissões Distritais, Concelhias, de Freguesia e de Comissões ou Grupos locais.

11: As Comissões Distritais são constituídas por 5 ou 7 indivíduos eleitos entre os filiados dos concelhos: dirigem e orientam a propaganda, o recrutamento de filiados e o recenseamento de todas as pessoas residentes no distrito, em conformidade com as instruções fornecidas pelo Secretariado do partido.

12: As Comissões Concelhias e as Comissões de Freguesia, são constituídas por 3 ou 5 filiados; devem ligar-se entre si e à Comissão Distrital, no distrito.

13: As Comissões ou Grupos locais organizam-se quando se verifique a impossibilidade de ligar os filiados com as C. de F.; na área da sua residência. Esta impossibilidade observa-se, em geral, nas grandes cidades como Lisboa, Porto e Coimbra. Neste caso devem organizar-se Comissões de Fábrica, de Oficina, de Reparação ou Serviço Público, etc., constituídas por 3 filiados eleitos pelos demais no mesmo local de trabalho. A estas Comissões compete dirigir toda a actividade partidária dos filiados, dentro da área do respectivo local de trabalho, em ligação com outros Grupos ou Comissões do partido.

E) — Funcionamento

V — Para que a engrenagem do partido seja boa e funcione eficientemente, necessita de quadros dirigentes bem organizados e que as ligações funcionem com rapidez e eficácia. Para tal se conseguir, parece bom o processo seguinte.

14: Cada Comissão ou Grupo deve eleger um dirigente ou coordenador que orientará os trabalhos e ficará em ligação com os dirigentes ou coordenadores de outras Comissões ou Grupos.

15: Devem realizar reuniões periódicas para apreciarem e discutirem as instruções, directrizes, regulamentos e os demais elementos de orientação, doutrinação e propaganda emanados da J.D. do partido; assentarem nos planos de acção; distribuírem entre si e os filiados da sua jurisdição as tarefas e missões para execução; formularem sugestões e alvitre; fazerem exposições sobre problemas políticos, económicos, sociais, pedagógicos e outros de interesse colectivo; realizarem leitura de livros, artigos, folhetos, etc.; trocarem ideias e pontos de vista e avaliarem as suas possibilidades, elaborando, a final, o respectivo relatório. Cria-se, por esta forma, a consciência colectiva do agregado, indispensável à construção da sociedade socialista, democrática e progressiva, para a qual se encaminham todos os esforços da U.S.

F) — Fundos do Partido

VI — Como é óbvio a organização necessita de base financeira para a sua manutenção e funcionamento. Porque é de todos os filiados, todos devem contribuir para o património comum. Neste sentido os fundos da U.S. serão constituídos por cotas dos seus filiados, por liberalidades e subscrições.

16: Cada filiado fica obrigado ao pagamento de uma cota mensal de 2\$50 Esc., obrigatória, excepto quando estiver desempregado ou doente, situação em que será isento de qualquer pagamento, se assim o desejar.

17: Estabelece-se uma cota de instalação, transitória, variável e voluntária, de cobrança mensal regular ou por uma só vez, à vontade do interessado.

18: Aceitam-se contribuições extras de qualquer valor e far-se-ão subscrições, quando necessárias.

19: Cada Comissão ou Grupo deve ter um fundo social privativo, constituído pelas contribuições dos filiados da localidade e do qual contribuirá para o Fundo Central com 25% das suas receitas, contribuição esta que poderá ser diminuída por acordo entre as Comissões ou Grupos que o solicitem e a J.D.. Por outro lado, todas as Comissões ou Grupos partidários têm o direito de serem auxiliados materialmente pela organização central, quando precisarem e o solicitem à J.D..

20: As Comissões locais, de Freguesia, Concelhias e Distritais, em cada distrito, estabelecerão entre si a fórmula adequada de auxílio mútuo.

G) — Elaboração do programa

VII — A U.S. entende que não se pode confiar o futuro político do país a programas de improvisação de momento, necessariamente atribiliários, oportunistas e simples

expressão de pontos de vista pessoais; que é preciso ir construindo pontos de vista comuns, estruturados nas realidades concretas e suas transformações, mas encadeados em amplos e sólidos fundamentos teóricos. Para este efeito é conveniente a orientação seguinte:

21: Auscultar os sentimentos e aspirações da oficina, da fábrica, da Escola, da Repartição, dos aglomerados de trabalho, isto é, auscultar a vida nacional nas suas múltiplas actividades, procurando soluções para os problemas nacionais, integrados na cultura e perspectivas universais e nas experiências estrangeiras.

22: Formar grupos de estudo e fomentar a apresentação de trabalhos individuais. Os grupos de estudo podem não coincidir com os grupos dirigentes da organização, pois, há que contar com a especialização dos próprios problemas a estudar e as dificuldades de realização.

23: Os trabalhos e estudos individuais e dos grupos deverão completar-se com trocas de ideias com outros filiados ou grupos, e quando possível, em discussões conjuntas de vários grupos, de forma a constituírem, a final, a expressão de um trabalho de equipa, o resultado dum pensamento comum.

24: Os filiados da U.S. não devem ser dogmáticos: devem confiar na livre crítica e na discussão leal e desempoeirada dos problemas económicos, sociais e políticos, por ser através da discussão e da crítica que os estudos se aperfeiçoam e se chega a obter a comunidade do pensamento colectivo. Desta comunidade inicial de atitudes e de estudos resultará o nosso programa, produto do labor e preocupações de todos, pois parece prematuro fixar um quadro rígido de soluções, enquanto não houver liberdade de se analisarem as realidades portuguesas e os seus problemas específicos, e só quando a houver se poderem ajustar as soluções de pormenor a um travejamento de conjunto e à saturação de programas partidários.

H) — Trabalhos eleitorais

VIII — Em face da extensão alcançada pelo movimento de unidade democrática, e do entusiasmo do povo português pró-eleições livres e pelo restabelecimento das liberdades democráticas do país, devem os filiados da U.S. estar preparados para enfrentar todos os acontecimentos e eventualidades.

Para a hipótese do partido vir a concorrer a eleições, deve proceder-se pela forma seguinte:

25: Fazer a maior propaganda dos princípios doutrinários, bases e programas da U.S.

26: As Comissões territoriais devem solicitar dos funcionários locais do recenseamento eleitoral que lhes sejam facultados os cadernos respectivos e tirar cópia de todos os eleitores inscritos. Depois acrescentarão a essas cópias os nomes dos eleitores da localidade que não estejam inscritos, especialmente o de todos os filiados do partido, e dos simpatizantes com as doutrinas socialistas, e promover a inscrição deles nos cadernos eleitorais.

27: Das suas actividades, remeterão relatórios, cópias e mapas discriminativos ao Secretariado do Partido, por intermédio dos respectivos coordenadores. Este trabalho prévio servirá para se avaliarem as possibilidades do partido na campanha eleitoral.

I) — Prevenções finais

IX — O segredo, porque garante a surpresa, é a alma mais poderosa das revoluções. Por conseguinte, guardar segredo das actividades políticas é um imperativo categórico para todos os republicanos e democráticos e, em especial, para os filiados na UNIÃO SOCIALISTA.

X — Agir com prudência, tenacidade, inteligência, vigilância e dinamismo.

Lisboa, 20 de Novembro de 1945.

A JUNTA DIRECTIVA

DOCUMENTO N.º 4

Sistema de representação proporcional

(Sistema de HARE)

Toda a nação é um círculo único, com muitas secções de voto. Cada partido apresenta uma lista em que figuram todos os deputados que o partido propõe e que pode ser um número igual à totalidade dos deputados a eleger para a nova Câmara.

Uma Comissão Central conta todas as listas entradas em todo o país e o número total divide-se pelo número de deputados a eleger obtendo-se assim um quociente que será o número de votos necessário para que cada candidato seja eleito.

Nas listas apresentadas os candidatos são dispostos pela ordem de preferência e logo que o primeiro candidato da lista obtenha o quociente atrás indicado (quociente eleitoral) é considerado eleito e passam-se a contar as listas do segundo candidato da lista até perfazer igualmente o referido quociente e assim sucessivamente. Terminada a contagem duma das listas partidárias segue-se a contagem doutra lista partidária até ao fim do apuramento.

Exemplificando:

Suponhamos terem entrado nas urnas em todo o país 500 000 listas e o Parlamento é composto de 100 deputados.

O quociente eleitoral é de 5000 votos.

Há 3 partidos e cada partido apresentou a sua lista com 100 deputados. O partido A tem 350 000 votos, o partido B teve 100 000 votos e o partido C teve 50 000 votos.

É claro que o partido A elege 70 deputados; o partido B elege 20 deputados e o partido C elege 10 deputados.

Mas pode suceder que, por exemplo, numa das listas, o candidato colocado em 3.º lugar foi riscado em várias listas não obtendo o quociente eleitoral, nestas condições, vai-se verificar se o candidato colocado em 4.º lugar obteve esse quociente e será este o eleito e não o que estava em 3.º lugar e assim por diante.

DOCUMENTO N.º 5

UNIÃO SOCIALISTA PORTUGUESA

Estudos socialistas

Um aspecto do problema agrário

GRANJAS COLECTIVAS

Examinando a importância social e económica que o problema do conveniente aproveitamento das terras, património comum da Humanidade e fonte primordial de recursos e em face das crises de alimentos que de vez em quando assolam os povos, tornando premente a preocupação de abastecê-los e alimentá-los além do espectáculo de grandes massas humanas que, mesmo em tempos normais, são fortemente sub-alimentadas, confrange ver a pouca produtividade de muitíssimas terras aráveis e a existência de vastas extensões incultas, em certos países.

Em alguns países a pouca produtividade do solo é principalmente devida, por um lado ao exagerado parcelamento da propriedade, que alguém chamou «pulverização da propriedade» por outro lado ao emprego de processos rotineiros e à falta de assistência técnica; e a existência de vastas regiões incultas é, em geral, o resultado, algumas vezes, do arbítrio do proprietário, muitas vezes da falta de recursos pecuniários ou seja de capitais, falta difícil e até imoral suprir, porquanto o simples fornecimento de capitais redundaria, em última análise, em proveito quase exclusivo do proprietário, e, outras vezes ainda, das duas causas juntamente.

Destas brevíssimas considerações, resulta a incontestável necessidade duma REFORMA AGRÁRIA que conduza ao aumento de produção, colocando em pleno aproveitamento e em completo benefício da colectividade que as terras são capazes de nos proporcionar.

Diversos são os processos preconizados para a solução deste problema, mas não se pretende com este pequeno trabalho, desenvolver tão complexo assunto e simplesmente se deseja apresentar, como divulgação, um dos seus aspectos.

Quanto ao excessivo parcelamento da propriedade, cujos sérios inconvenientes são fáceis de compreender, é preconizado como remédio ou como medida de grande alcance a constituição de COOPERATIVAS AGRÍCOLAS, em que os minúsculos proprietários unam as suas terras formando uma sociedade para que entrem com o valor atribuído à sua propriedade, como cota, e, portanto, sem perda dos seus direitos de proprietário, conseguindo, com este processo dar mais eficiência à exploração agrícola de cuja colheita tirarão a parte correspondente ao capital com que entraram, depois de, é claro, deduzidos os encargos da exploração.

Evidentemente que é necessário contar com a pouca educação do camponês, com o seu espírito extremamente individualista que frequentemente atinge os domínios do egoísmo, com a sua ambição e também com os seus característicos sentimentos de desconfiança e de pouca sociabilidade e por isso, está naturalmente indicada uma intensa propaganda educativa entre esses proprietários completada com o exemplo vivo de, por

exemplo, a criação de «Quintas do Estado» com trabalhadores agrícolas assalariados, que preste assistência técnica e todo o auxílio necessário, quintas que devem estabelecer-se e distribuir-se com certa regularidade pelas regiões onde predomina a pequena propriedade, para que os interessados possam ver e verificar o bom resultado obtido por uma exploração agrícola que obedeça aos processos da técnica moderna e assim se convencerem a aceitar e a seguir o novo sistema. Quanto aos *latifúndios* e mesmo às propriedades cuja extensão seja demasiadamente grande para que possa ter um aproveitamento total, é preconizado por meio de expropriação por utilidade pública, o desaparecimento dos primeiros e redução das segundas a proporções razoáveis para o seu aproveitamento total e das terras assim obtidas, constituírem-se granjas colectivas.

A GRANJA COLECTIVA

Nas granjas colectivas a terra, propriedade da nação, é confiada em usufruto, por um tempo indefinido, isto é, perpetuamente, a uma comunidade de agricultores, produtores-proprietários cooperadores.

Pode considerar-se uma média aproximada de 5 a 10 Ha. por família, o que, para uma comunidade de 50 famílias, corresponde a uma granja colectiva com um trato de terreno de 250 a 500 Ha. É evidente que estes limites variam com as regiões e com a área das terras disponíveis.

A granja colectiva é, por assim dizer, uma instituição de transição entre o individualismo e o socialismo, e é, sem dúvida, uma grande e verdadeira escola de democracia.

Toda a propriedade que os membros da granja usufruem, é certo que não é possuída por eles em comum, mas por outro lado é muito mais que uma simples cooperativa que agrupe proprietários particulares, é uma associação de alguns dos recursos, não de todos, dos seus membros em trabalho e capital que eles fazem a fim de repartir em sociedade uma crescente produção.

O camponês torna-se sócio de uma grande propriedade, pondo em comum muito do que é seu, se alguma coisa tem, que possa interessar à comunidade e, assim tende a modificar-se, social, política e economicamente. A terra não pode ser vendida e arrancada a quem quer que seja mesmo a alguns dos membros da granja.

A grande maquinaria, quando é de empregar, tais como tractores, charruas e arados, ceifadoras, grades, etc. não pertencem à granja colectiva e sim a Depósitos de Máquinas e Tractores (D.M.T.) estabelecidos pelo Estado em determinados pontos para servirem certo número de granjas.

Os D.M.T. encarregam-se de trabalhar com a sua maquinaria nas granjas colectivas, em troca de uma remuneração, em geral, em produtos agrícolas, que é fixada previamente em acordos estabelecidos entre eles e as granjas, e pagos depois das colheitas.

Os D.M.T. além do material agrícola devem ter uma oficina de reparações e devem contar entre o seu pessoal, um Director, um Mecânico-Chefe e outros mecânicos e motoristas, um Agrónomo-Chefe e outros agrónomos especializados, um Gerente de combustíveis e um Contabilista com o restante pessoal necessário.

A maquinaria mais pequena, como pequenas máquinas de semear, grades, charruas de tracção animal, etc. juntamente com os edificios e alguns próprios em gados e animais domésticos, constituem os bens da granja colectiva como tal considerada.

Como *propriedade individual*, cada membro da granja conserva para seu uso particular, a sua casa, uma porção de terreno que pode ir até $\frac{1}{4}$ a meio Ha, conforme as disponibilidades, uma ou duas vacas, 15 a 20 carneiros, 2 ou 3 porcos e tantas aves de capoeira, coelhos, colmeias, etc. quanto o espaço lho permita.

O produto deste trabalho individual assim como a sua cota pessoal do rendimento colectivo, pode vendê-lo no mercado como ele quiser.

*

Ao constituir-se a granja colectiva, forma-se a povoação em local adequado, que, certamente, deverá ser o mais central possível.

O trabalho organiza-se.

A base da administração é a reunião periódica de todos os seus membros maiores de 18 anos, em Assembleia Geral, e nela serão eleitos anualmente o Presidente e os membros da Junta Administrativa, que tomará todas as decisões necessárias de harmonia com as directrizes da Assembleia Geral perante quem é responsável e a cuja apreciação submeterá o respectivo relatório.

A Assembleia Geral, ouvindo as indicações da Junta Administrativa, resolve as culturas que se devem fazer, os respectivos locais e em que épocas se devem executar as várias operações agrícolas; agrupa os seus membros em brigadas e designa a cada brigada a sua tarefa especial, de maneira que a faina completa da granja seja adequadamente realizada e, enfim, resolve todos os pormenores necessários. Estas distribuições de tarefas não devem ser feitas ao acaso, mas tendo em atenção uma melhor divisão do trabalho e seu rendimento. Assim, o condutor de tractor, o guardador de gado, o leiteiro, etc. tornam-se especialistas e peritos executando um trabalho além da capacidade de um vulgar trabalhador do campo, que tem que fazer todas as tarefas.

Como já se disse, a remuneração a pagar aos D.M.T. é, geralmente, em géneros calculada por meio de percentagem, sobre a colheita em perspectiva, mediante prévio acordo, remuneração que é paga a troco dos serviços prestados pela maquinaria e pela assistência técnica recebida.

A Assembleia Geral deve também fixar as normas pelas quais todo o trabalho é regulado. A regra para qualquer obra deve corresponder à realização média dum consciencioso e competente trabalhador nessa obra. Cada obra tem a sua regra. A remuneração relativa ao trabalho é diferenciada de harmonia com a tarefa mais ou menos laboriosa ou desagradável independentemente de sexo ou idade e essa remuneração, em relação aos dias de trabalho executado, é, frequentemente acrescida de um abono para as crianças que ainda não estejam em idade de trabalhar. Um bom trabalhador em confronto com um mau, pode ver o seu salário acrescido de 10 a 20% e o segundo, deduzido na mesma percentagem, penalidade que pode ser cancelada quando se emende. Sucede, por vezes com frequência, que dois trabalhadores, apesar de terem cumprido ambos as regras estabelecidas para as respectivas tarefas, não tenham, no fim do ano, o mesmo número de unidades-trabalho no seu activo. A diferença, em tal caso, representa a diferença de

«valor social» atribuído às obras em questão pela Assembleia Geral, segundo o critério por ela adoptado; desta maneira a Assembleia determina em que relação o rendimento líquido de todos os trabalhadores da granja deve ser distribuído pelos seus membros.

As despesas com a administração, secretaria, contabilidade, etc. apesar da sua grande importância, deverão ser reduzidas ao mínimo possível, para não onerar as despesas gerais e as horas de trabalho deste pessoal devem ser computadas segundo uma média horária não superior ao de todo o conjunto dos trabalhadores adultos.

A Assembleia Geral resolve, no fim de cada estação, a constituição de um fundo para sementes e para seguro social (inválidos e órfãos) e resolve como colocar a parte disponível do excedente ganho pela granja, depois de pagos todos os seus membros pelo seu trabalho ou por adiantamentos por eles feitos, e depois de feitos os pagamentos ao Estado e ao D.M.T.. Então resolve se deverá distribuir um «bónus» aos membros se deverá instituir-se uma creche ou uma clínica, se deverá fundar-se uma biblioteca, uma sala de leitura, um clube ou um cinema e teatro, etc., etc.. Todos estes assuntos são debatidos e decididos pela Assembleia, sem que qualquer outra autoridade possa intervir, submetidos somente à regra de que tais despesas devem ser feitas pela própria comunidade.

É claro que as Câmaras Municipais, dentro de cujo território existam granjas colectivas, não podem nem devem alhear-se da vida dessas granjas, devendo tomar conhecimento dos resultados obtidos, louvando-as ou censurando-as no sentido da obtenção duma maior eficiência e lealdade no esforço exercido pela granja e até promovendo a concessão de prémios, por exemplo uma máquina agrícola, quando o resultado alcançado disso for digno, além da sua participação no imposto, semelhantemente ao que sucede com o Estado.

Nenhuma proposta deverá ser executada sem que uma nítida maioria da Assembleia Geral a aprove, intervindo na votação pelo menos $\frac{2}{3}$ do número dos seus membros.

A Assembleia Geral juntamente com a Junta Administrativa e com a assistência técnica do Agrónomo do D.T.M. elabora o seu plano agrícola que deve estar integrado no Plano Geral Agrícola, fazendo o censo das famílias da granja, número de habitantes, número de animais a sustentar, máquinas agrícolas, etc., área a cultivar e tipo de terra; cálculo das consequências presentes e resultantes das alternativas das colheitas passadas. Com estes dados por base o plano agrícola estabelece a satisfação das necessidades de alimentação e de forragens da comunidade e estabelece quantidades especificadas das várias colheitas vendáveis adaptáveis às condições locais.

As disputas que possam surgir e que não sejam resolvidas pela Assembleia Geral, serão submetidas a uma Comissão Arbitral composta pelo Presidente da Granja, pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Agrónomo do D.M.T.

As normas gerais atrás expostas sobre a administração de uma granja, poderão revestir certas modalidades e variações conforme as condições locais e a capacidade e seriedade dos seus dirigentes.

De tudo quanto se disse, cada agricultor de granja colectiva toma a sua cota parte de responsabilidade nas decisões tomadas e que de mais perto dizem respeito à sua vida produtiva. São patrões de si próprios e são membros, com todos os direitos, duma asso-

ciação destinada a defender os seus interesses e os dos outros que estão no mesmo pé de igualdade.

Acresce a circunstância de se proporcionar uma íntima ligação entre o trabalho científico e a granja. A mecanização e a investigação científica, por isso são os pontos em que essa ligação mais vincadamente se faz sentir e esse facto transforma os homens em democratas cooperadores e em técnicos e administradores.

A existência de agrónomo em todas as granjas garante o desenvolvimento da investigação científica por meio da criação de laboratórios onde se ensaiam sementes, se investigue a data das sementeiras, se analisem os adubos, podendo ainda estabelecer-se correspondência regular com cientistas de nome.

Os agricultores adquirem experiência e aproveitam todos os conhecimentos tradicionais não com a ideia de somente acarinhar a sabedoria do passado mas com o propósito de melhorar, desenvolver e harmonizar essa sabedoria com os conhecimentos positivos actuais.

As granjas colectivas constituem pequenas cidades agrícolas na sua estrutura e os seus habitantes serão elementos preponderantes numa verdadeira democracia e aliados dos seus camaradas trabalhadores da indústria.

A granja colectiva será obrigatoriamente segurada contra inundações, fogo, terremotos, furacões, raios, etc. Também serão seguras as estufas contra o granizo, aguaceiros e tempestades; certas culturas especiais contra insectos e outras pragas; contra secas, etc.

O gado com mais de 6 meses e os instrumentos de caça, barcos, equipamentos de pesca, etc. devem ser igualmente objecto de seguro contra quaisquer danos.

Para estímulo da criação de gado e às granjas que se distingam na criação de gado seleccionado devem ser feitas reduções nos prémios de seguros.

Quanto aos seguros sociais, a granja tem que tomar a iniciativa de adoptar as disposições necessárias à saúde e segurança económica dos seus membros. A base destas medidas é extremamente simples e consiste em conceder aos que não podem trabalhar, a sua cota parte na produção da granja como se eles pudessem trabalhar e trabalhassem realmente. O amparo aos órfãos, aos doentes, aos idosos, às mulheres durante a sua maternidade, e a alguma vítima de acidente é cuidadosamente estudado e resolvido. Aos velhos a quem o trabalho da granja se torne demasiado pesado é preparada e destinada uma pousada situada na povoação, com um jardim e uma pequena porção de terra para lhes dar uma ocupação ligeira e apropriada, com que eles possam preencher a sua cota nos lucros da granja colectiva.

Pelo que respeita a doenças, normalmente, é criada uma clínica de consultas e uma pequena enfermaria vigiada por uma enfermeira competente.

A despesa com todo o tratamento médico é paga pela comunidade e não individualmente. Para as criancinhas há quase sempre uma creche e depois recebem, geralmente, um subsídio suplementar por cada filho que não tenha idade para trabalhar, como já atrás ficou dito.

Falando genericamente, o seguro social é resolvido fazendo incidir todos os riscos sobre toda a comunidade, podendo ser em parte auxiliado pelo departamento governa-

mental respectivo, visto que deve constituir objectivo dominante da política geral do Estado, levantar os recursos sociais das regiões rurais ao mesmo nível dos das cidades.

Cada granja colectiva, pois, resolve por si própria, nas Assembleias Gerais, que formas definidas tomarão os recursos sociais e em que sentido essas formas deverão ser desenvolvidas.

DOCUMENTO N.º 6

A UNIÃO SOCIALISTA e o momento político português

No passado domingo, 18 de Novembro, realizaram-se pretensas eleições gerais para uma pretensa nova Assembleia Nacional.

Na realidade o acto equivaleu, pelo seu condicionalismo de direito e de facto, a uma nomeação pura e simples pelo governo, com total desprezo pela vontade do povo português.

Salazar e Carmona recusaram-se a satisfazer as exigências mínimas apresentadas pelos democratas portugueses para que as eleições se pudessem considerar sérias e expressivas. A oposição ao fascismo não teve por isso outro caminho que não fosse abster-se de votar, recusando-se, por seu turno, a figurar como comparsa nesta comédia.

O resultado foi que a comparência às urnas deve ter orçado por 10 a 15% dos inscritos.

E assim, denunciámos o acto eleitoral como uma burla pelas razões seguintes:

1.º Não foi autorizada a organização das correntes oposicionistas.

2.º Não vigoraram as garantias individuais visto que foram presos ilegalmente vários democratas durante o movimento pro-eleições livres; não se libertaram todos os presos políticos e sociais e continuam a existir a Polícia Política e o Campo de Concentração do Tarrafal; apreenderam-se ilegalmente listas da oposição, instituiu-se um inquérito sem o mínimo assento jurídico ou moral e exerceram-se represálias sobre pessoas que deram a sua adesão ao MUD.

3.º Não existiu liberdade de expressão de pensamento, pois foi proibida a publicação de comunicados do MUD, não foram autorizadas sessões de democratas depois de 10 de Novembro e os jornais permaneceram sujeitos à Censura, embora não trouxessem, por imposição superior, tal indicação; foram igualmente proibidas conferências doutrinárias de membros da oposição. Não se permitiu a fundação de novos jornais ou revistas.

4.º O recenseamento que serviu de base ao acto era muito incompleto e imperfeito, como o reconheceu o Presidente do Conselho, o que impedia a participação de muitos portugueses em decisão do interesse nacional.

5.º A lei eleitoral nega elegibilidade a todos os que professam ideias económico-sociais não identificadas com o regime vigente, portanto, a todos os socialistas, comunistas, sindicalistas, trabalhistas e mesmo republicanos adeptos da nacionalização de certos sectores económicos. Quer dizer, em Portugal não poderiam ser deputados um Attlee

ou um Bidault, um Bevin ou um Vincent Auriol, um Stafford Cripps ou um Spaak, e nem mesmo o general De Gaulle!

6.º Não se concedeu à oposição o necessário adiamento do acto eleitoral para que esta pudesse organizar-se, escolher os seus candidatos e fazer a sua propaganda. Ora em todos os países tal adiamento foi concedido.

7.º Não se deram à oposição meios seguros de fiscalizar o acto eleitoral para garantia da sua genuinidade. Alguns oposicionistas que tentaram fazê-lo, viram-se atacados por legionários que rasgaram os seus apontamentos. As eleições, portanto, não foram fiscalizadas oficialmente pela oposição, e as declarações governamentais não nos merecem qualquer crédito.

8.º Os funcionários públicos necessitavam de autorização do governo para proporem a sua candidatura: é bem de ver que, dada a má fé do governo, tal autorização não seria concedida aos democratas. Em conclusão: as pretensas eleições de 18 de Novembro não foram livres nem democráticas, e portanto a Assembleia Nacional delas resultante exprime unicamente a vontade da facção que está na posse do poder pela violência.

O que teria levado o fascismo português a este simulacro grosseiro da expressão da vontade nacional?

Pensam alguns que qualquer pressão externa — inglesa e americana ou brasileira. Não o julgamos.

Sem dúvida a ditadura salazarista quis-se legalizar em face de um «clima» criado pelo triunfo das democracias e pelo estrondoso desabar dos totalitarismos. Mas à pressão interna é que se deve primordialmente a atitude governativa de recorrer a uma consulta ao país — embora com a intenção prévia de a desvirtuar. Sim. Salazar viu-se a braços com a onda crescente do movimento anti-fascista em Portugal: a imprensa clandestina multiplicava-se e estendia a sua rede — lembremo-nos de «A Terra», a «Libertação Nacional», «O Tarrafal» e tantos outros jornais periódicos; a organização clandestina das correntes anti-fascistas realizavam progressos tais que a P.V.D.E. já não os podia deter; a opinião pública colocava-se ao lado do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista, cujo prestígio interno e externo ascendia e começava a impressionar o Exército e a Armada. Foi à acção dos anti-fascistas unidos que a ditadura salazarista teve de ceder. Mas como quinze dias de menor opressão mostraram a quase unanimidade de Portugal contra o regime, o governo viu que perdia as eleições e preferiu, a sair com dignidade, manter-se com baixeza, apoiado na corrupção e na força das armas.

Desde o primeiro momento a UNIÃO SOCIALISTA viu com intensa simpatia a campanha pró-eleições livres encetada pelo MUD; autorizámos os nossos filiados a nela participarem a título individual e suspendemos as actividades clandestinas, para que o governo não pudesse alegar menos lealdade da parte dos oposicionistas. Infelizmente a ditadura fascista não soube corresponder à nobreza dos democratas, o que aliás prevíamos.

Por isso de novo nos encontramos na luta clandestina, e proclamamos bem alto que à falta do meio legal de nos exprimirmos e de agirmos, em face de um governo tirânico e sem pudor, não só não temos pejo em o fazer, como consideramos nosso direito de homens que querem ser livres e autênticos cidadãos o combate com tais armas; a nossa

dignidade não se compadece é com a subserviência ao despotismo, com o silêncio perante as arbitrariedades e as prepotências.

Denunciamos como torpe manobra a atitude de um governo que nos coloca sob a alçada do código penal, sem nos consentir o exercício dos nossos direitos de cidadania.

Repelimos a grosseira acusação, traduzida na incapacidade eleitoral passiva, de que não somos portugueses e não amamos Portugal por sermos socialistas. Ninguém mais do que nós amamos Portugal por sermos socialistas. Ninguém mais do que nós anseia pela legalidade das actividades políticas e pela felicidade da Nação; não autorizamos quem quer que seja a considerar-se dogmaticamente o único depositário de uma definição do interesse nacional.

Acobertaram-se os propagandistas oficiais sob a fácil acusação às correntes democráticas de que estas não apresentaram qualquer programa.

Não fizeram assim mais que iludir o problema, porquanto se tratava então unicamente de conseguir as condições para que as eleições fossem livres.

Mas a UNIÃO SOCIALISTA tem as suas bases doutrinárias, que o país já conhece, e trabalha activamente num programa adequado às necessidades portuguesas e que tornará público no momento oportuno; simplesmente o país e não o governo salazarista é que deve decidir a seu respeito. Por agora o que há a decidir é se continua em Portugal o fascismo ou se o povo conquista a sua liberdade.

A realidade em toda a sua nudez e crueza é que não existe, na nossa pátria, uma ordem constitucional. Só existe ordem constitucional quando vigora uma constituição para cuja elaboração concorreram, por intermédio dos seus representantes, todos os cidadãos, e que respeita os direitos do homem, assegurando a expressão jurídica da vontade geral.

Nós temos apenas um estatuto *generosamente* outorgado pelo fascismo à nação e que não a estrutura democraticamente; temos o poder descricionário e a total ausência de garantias autênticas. Pois em vez de entrar no caminho da criação de uma ordem constitucional, o governo cavou um abismo entre a maioria dos cidadãos, que quer a democracia, e uma minoria que defende atemorizada privilégios adquiridos.

A responsabilidade do que vier a acontecer cabe única e exclusivamente à casta que governa.

Não apelamos para o estrangeiro, não queremos a intervenção de quaisquer potências, e nunca aceitaríamos a fiscalização de urnas que não fosse feita por portugueses.

Mas perante a grandiosidade do movimento de oposição ao fascismo em Portugal, estranhamos que as grandes democracias não tenham definido a sua atitude — que só pode ser a de não considerarem livres e genuínas tais pseudo-eleições, como não consideram as da Bulgária e Roménia. Sentimo-nos autorizados a exigir que não seja prestado qualquer apoio externo a Salazar e que a opinião mundial seja mantida com seriedade ao corrente do que se passa no nosso país.

Nós apelamos, sim, para todos os cidadãos portugueses.

O governo fascista está de má fé, como não podia deixar de estar por ser fascista. Dele nada há a esperar.

Que todos os anti-fascistas cerrem fileiras e se organizem firmemente — não importa que muitos de nós tombemos pelo caminho!

Havemos de marchar irresistivelmente, como uma só vontade, para que o governo da nação à nação seja entregue.

Os carrascos também morrem!

Por armas, temos tão só o nosso civismo e a nossa inabalável resolução de lutar.

Julgamo-nos por isso no direito de dizer ao exército que está a solidarizar-se com a opressão e que deve não o fazer; as forças armadas têm a estrita obrigação de defender o povo. Queremos, ainda, confiar nelas, no seu patriotismo e na sua dignidade: queremos acaso ir contra a vontade nacional? Recursar-se-ão a acompanhar o povo e assim tornar-se-ão cúmplices do fascismo? Esperamos que não — e pensamos sobretudo em vós, soldados, polícias e marinheiros, sargentos e jovens oficiais.

O dinheiro da nação não é para que metralhem as multidões.

Cidadãos portugueses anti-fascistas!

Temos que decidir entre a abjecção e a dignidade, entre as algemas da tirania e a vida livre da democracia, entre a condição de escravos e a condição de homens. Tenhamos confiança no nosso esforço, tudo esperemos da nossa acção, e só dela.

Que os nossos sacrifícios não conheçam limites.

Saibamos persistir.

Consagremo-nos por completo à sagrada unidade de todos os anti-fascistas.

Havemos de vencer.

A UNIÃO SOCIALISTA